

# TRAJETÓRIAS DE SOCIALIZAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA NA PRODUÇÃO DE MODOS DE VIDA

SANTOS, Danielle de Gois (1); LIMA, Laís Alves Oliveira (2); SANTOS, Dante Andrade (3); MENDONÇA FILHO, Manoel Carlos (4).

Acadêmicos de Psicologia da UFS, (1) [dani\\_dgs@yahoo.com.br](mailto:dani_dgs@yahoo.com.br), (2) [dan\\_cine@hotmail.com](mailto:dan_cine@hotmail.com), (3) [siallima@hotmail.com](mailto:siallima@hotmail.com),

(4) Professor de Psicologia da UFS, [mendoncafilho@ufs.br](mailto:mendoncafilho@ufs.br)

## 1. INTRODUÇÃO

As instituições são amostras da atuação do Estado, nas suas funções relacionadas à regulação de forças sociais, econômicas e políticas. A instituição sistema prisional serve de base para as inferências e reflexões da pesquisa **CARACTERIZAÇÃO COMPARATIVA DOS VÍNCULOS E TRAJETÓRIA DE SOCIALIZAÇÃO DE AGENTES E INTERNOS: Como o escravo, como o capataz? (2008-2009)**, vinculada ao PIBIC-CNPq/UFS. O sistema prisional é uma das formas de notificar a amplificação do Estado, tendo em vista sua função de dispositivo de controle através de ações de aprisionamento e de encarceramento.

No Brasil, como em outros países, o sistema prisional é entendido como medida de segurança e emergência no combate as dificuldades de governabilidade. A multiplicação de instituições carcerárias cresce junto aos sentimentos de insegurança frente à lógica do capitalismo.

A pesquisa propõe uma construção social apoiada à dimensão comunitária, envolvendo instituições e, os modos de dizer e de fazer relacionados à socialização. Esta dimensão é entendida pelas práticas cotidianas (em comunidades e instituições), que coadunam com uma proposta de reinventar as instituições, construindo formas próprias de trazer sentido a suas ações.

No sistema prisional, é preciso atentar para as articulações do sistema que aglomeram transgressões do pacto social, amplificando modos de punição aos demais membros do grupo familiar. Por um lado, propostas de re-socialização são difundidas em favor de novas funções e trajetórias de cidadania afastadas dos modelos do passado. Por outro, o encarceramento continua cumprindo sua função de afastar os inadaptáveis, os transgressores do pacto social.

As trajetórias, entre suas tarefas, viabilizam a aproximação das histórias das pessoas, dos lugares, das comunidades. Resgatam os percursos e as escolhas dispostos aos atores do corpo social, sendo possível verificar aproximações entre cidadãos, internos do sistema prisional, ou membros das comunidades, que presenciam as substituições das tradições artesanais pela extração seriada de bens de consumo.

O desgaste das relações, muitas vezes, está relacionado à produção de sentido no desenvolvimento das ações. A vida passa a ser irrelevante perto das atribuições empregadas no requerimento de força de trabalho, pela produção de ações cada vez mais automáticas e que sejam revertíveis em bens de consumo.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

A insegurança é uma das características que acompanham as práticas cotidianas na atualidade, e se encontra associada à suspensão das garantias obtidas no convívio social, na comunidade. Revela também a fragilidade das relações e também a corrida civil por proteção de seus bens.

O estado de insegurança social enuncia as dificuldades de organização da sociedade, apesar da presença do Estado. O sentimento de insegurança “traz efeitos sociais e políticos, tais que, faz de fato parte de nossa realidade e estrutura, e até mesmo em larga escala de nossa experiência social” (CASTEL, 2005, p.8).

A posse da propriedade aperfeiçoa, como forma de proteger o homem, garante sua autonomia e os modos de gerir suas ações diante das opções que lhes ocorre, “é a defesa da propriedade que justifica a existência de um Estado cuja função essencial é preservá-la” (CASTEL, 2005, p.19), de propriedade de bens, da propriedade de si mesmo.

Clastres (2003) argumenta sobre os instrumentos reguladores que se estendem aos indivíduos como a fé, as leis, as regras, as normas sociais diretas e indiretas, que organizam o convívio social. Os instrumentos reguladores são ainda o que aglomera indivíduos entre suas desigualdades e o que organiza os benefícios assistidos a partir do trabalho e da condição salarial, formando um grupo, uma comunidade.

Por comunidade, entende-se o que se distingue e integra sociedades. A palavra comunidade “evoca tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (BAUMAN, 2003, p. 9). É um limítrofe entre iguais, um refúgio que compartilha o reconhecimento de atitudes e se difunde, além de ser entendida por não desamparar os anseios dos membros da sociedade.

A comunidade é um campo da familiaridade que não deixa de ser construída e internalizada como porto seguro. Nesta, as pessoas devem se refugiar e, por isso, permanecer silenciadas, tomando por base dados da experiência em grupo. Como significado, a comunidade comporta a existência atravessada pelas mudanças e pelos hábitos diferenciados e presentes na convivência em sociedade.

A comunidade não é sinonímia de “mesmidade” ou de qualificativos de igualdade. A idéia de “mesmidade” é atrapalhada com a queda ou com o rompimento do equilíbrio de “fora” e de “dentro”, distorcendo a separação entre “nós” e “eles”. O equilíbrio entre o “fora” e o “dentro” ameaça as diversidades de comunicação, os modos de trabalhar e construir caminhos em meio às escolhas.

A realidade que vivenciamos parece demasiadamente distante da comunidade imaginada que justifica toda rapidez e dureza das ações de realidade. Justamente, o ato de confiar, e se assegurar, na realidade distanciada exposta a comunidade, é o que nos move às conquistas de indivíduos particulares, vislumbrando a conquista de uma posição privilegiada dentro do grupo. “Não ter comunidade significa não ter proteção, alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade” (BAUMAN, 2003, p. 20).

Investir em construções sociais de realidade, para se aproximar das significações empregadas pelos indivíduos às comunidades referência, não tem como função designar e comparar objetos, conceitos, práticas e regras exteriores do campo das experiências. Ao fazer isto, tem-se uma limitação das ações que podem ser geradas, viabilizadas. Ações estas que em exercício permitem ao homem significar suas ações e não apenas replicá-las na esperança de se assegurar as normas sociais, aos grupos. Beger &

Luckmann (2003) abordam a condição do homem enquanto replicador de sua condição social, na vida cotidiana não apenas como membros ordinários da sociedade na conduta subjetiva dotada de sentido de pensamento e ação dos homens comuns sendo afirmado como real para eles.

O processo de socialização não é apenas o revelar de comparações de culturas, costumes, comunidades e civilizações. A antropologia e muitas outras ciências humanas poderiam fazer das comparações seus objetos. No entanto, a cultura, enquanto objeto, não deixa de ser movida pelo poder, pelas preferências e pelos desejos. “A antropologia não deixará de se revelar uma comparação social” (SAHLINS, 2006, p.47). Sahlins chama atenção quanto à socialização que excede uma cultura local, de costumes quase únicos, que abrigam potenciais cidadãos e transgressores sociais. As trajetórias de socialização dizem sobre as práticas sociais, dos povoados. Sahlins se preocupa com a relevância cultural obtida entre os grupos que protagonizam a narrativa. A cultura é destacada em suas análises sem deixar de ser movida pelo poder, desejos e anseios.

As trajetórias servem como origem social de agentes e de internos do sistema prisional, em que se apresentam e classificam, omitem e enaltecem, histórias e destinos das pessoas, que podem ou não ser, contemporâneas em tempo, espaço e experiências. A amostra das trajetórias de socialização, a qual nos embasamos, revela o cotidiano, expresso nas falas de crianças, informantes, jovens com os quais conversamos, e expresso ainda, nas posturas e expressões dos idosos sentados em suas portas, nos adultos fora e dentro de grades.

As culturas embasam grupos sociais, constituindo, formando opiniões. Estas se diferem e se aproximam quanto ao modelo comparativo. Para Bakhtin, “é preciso um olhar externo antropológicamente bem informado [...] e outra cultura para conhecer outra cultura” (BAKHTIN, 1992, p.13). O objeto não é dado a priori, quando trajetória de socialização será construído na história social.

As localidades visitadas, no desenvolvimento da pesquisa, foram acompanhadas pela observação e pelas conversas a respeito das histórias, contadas e construídas. Destacam-se os modos de fazer e de dizer dos membros do corpo social que notificavam um sentido para as ações da cidade referida. “As pessoas já nasceram imbuídas, envolvidas de história [...] porque sua menção de existência já interfere na construção de história de algum” (ARIÉS, 1989, p.33).

Os espaços de socialização, e a demarcação de lugares e de pessoas aptos para a produção, acabam por construir objetos, modos de falar e de gerir os sujeitos e suas ações, modos de criar memórias. Foucault (2003, p.8) aborda questões sobre práticas sociais, as quais podem chegar, “... a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também suscitam formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento”.

Segundo Foucault (2003, p.8), os sentidos alcançados pelos saberes se ampliam, o “saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais de controle e vigilância, [...] a história é pensada, o sujeito dessa história é pensado como origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece”. O conhecimento construído pelo homem a partir de suas experiências é resultante de desdobramentos históricos das ações empreendidas pelo homem. Não existem condições universais para o surgimento do conhecimento, este cada vez mais se dá como resultado histórico.

O indivíduo no processo de construção social é regulamentado pelas instituições. Estas não têm como propósito excluir indivíduos, porém fixa-os, ligando-os aos aparelhos de

produção, normalizando-os. Um dos objetivos das instituições seria “... ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou produtores em função de uma determinada norma” (FOUCAULT, 2003, p.114).

Os modos de dizer e de fazer, de acordo com as articulações de modos de vida, dão voz e formas às instituições que as atravessam. As vidas aparecem a partir das falas e das exemplificações dos modos de existência local, confirmando as disposições da presença do Estado.

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

O público alvo da pesquisa conta com diferentes trajetórias de socialização das comunidades referidas por agentes prisionais e internos do sistema prisional de Sergipe. Os grupos referência são resultado da vinculação estabelecida com agentes prisionais e internos das unidades prisionais dos municípios de São Cristovão, Areia Branca, Nossa Senhora da Glória e do presídio feminino de Aracaju. Os grupos referência constroem o objeto de estudo desta pesquisa que investiga os modos de dizer e de fazer reconhecíveis nos discursos e nas relações cotidianas das comunidades estudadas.

O objeto de estudo não equivale a personagens fixos, que ocupem a função de agente ou de interno do sistema prisional. A partir do vínculo formado em etapas anteriores realizadas pela pesquisa, a amostra indicava municípios nas quais foram introduzidas as primeiras inferências.

A análise das funções, “agentes prisionais” e “internos do sistema prisional”, objetiva os modos de dizer e de fazer, de tais personagens. Articulam-se as suas práticas, reproduções de instituições, que passaram e se solidificaram ou foram abanadas por diferentes motivos.

No entanto, buscaram-se os reflexos da instituição, nos dispositivos do Estado, os quais criam ações sociais. O recurso da perspectiva etnográfica foi utilizado na inserção do campo de pesquisa. Para elucidar os métodos pelos quais estes personagens aprimoram as regras institucionais, é necessário uma aproximação com o cotidiano desses e de suas experiências de significação. A proximidade com os caminhos de socialização da amostra expande o campo de entendimentos, abrangendo realidades e exigindo, por parte dos pesquisadores, atenção aos perigos de um “envolvimento” pelo campo de estudo, e por histórias particulares.

A atenção e a implicação do pesquisador no campo não despersonalizam sua abordagem, uma vez que isto inviabilizaria a possibilidade de elaborar análises sobre produções discursivas do cotidiano. As análises servem, por sua vez, enquanto instrumento genuíno para a caracterização da produção de sentidos que sustentam o funcionamento instituído do encarceramento. Funcionamento este que é corroborado por deveres impostos pelas instituições, pela segurança da convivência em comunidade.

O trabalho de campo seguiu procedimentos de coleta de dados, construindo e considerando informações que não estavam prontos e fixados a espera dos pesquisadores para se tornarem conhecimento científico. Ao invés de uma comum e pretenciosa coleta de dados, utilizamos um registro seletivo de informações que admite valores situacionais em seu entorno, que admite as significações dos personagens para suas ações.

O diário de campo serve de instrumento técnico utilizado no registro das inserções ao campo. Esta forma de apreensão de registro dá-se após as visitas às unidades carcerárias, aos grupos de referência, às visitas aos municípios indicadas pelos grupos de referência. As visitas são organizadas agrupando seus pesquisadores em duplas, os quais se reorganizam a cada investida, seguidos por trocas de leituras dos diários e das impressões nas reuniões de pesquisa semanais.

Os diários são construídos, evidenciando parcerias entre acontecimentos no campo de inserção, observações, notificações de descrição e de questionamentos do pesquisador. As técnicas audiovisuais contribuem no registro das pesquisas de campo. O material técnico utilizado faz uso da filmagem e da gravação de áudio, além de entrevistas não estruturadas.

Os dados analisados são produzidos ao longo da pesquisa segundo menção de referenciais que integram dimensões quantitativas, representadas. Sobretudo os dados analisados pela caracterização socioeconômica dos informantes e sujeitos da pesquisa são construídos a partir da aplicação, de um questionário semi-estruturado, com a dimensão qualitativa de análise dos fragmentos discursivos registrados e de discussões sobre análise institucional.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como o projeto prevê a identificação dos grupos de referência e a constituição a partir desses da trajetória de socialização dos internos e agentes penitenciários dos presídios visitados, foram selecionados 26 membros, dimensões sociais e institucionais, que atuaram como informantes à realização da pesquisa.

No período foram realizadas visitas às áreas externas do presídio de Areia Branca e de São Cristóvão. Estes locais marcam o estabelecimento dos primeiros contatos com os familiares dos internos que esperavam as chamadas de senhas, as quais lhes garantiriam encontrar seus parentes nas visitas de domingo. Assim, efetivaram-se o contato direto com os internos, o estabelecimento de vínculos e a organização de informações sobre grupos de referência dos internos.

A estrutura prisional e sua extensão nas trajetórias de socialização se mostraram empecilho para continuidade da pesquisa. As vinculações exigiram tempo, insistência e desmistificação de símbolos, que comprometiam as normas da instituição presídio e da instituição social, que une diferentes pessoas, agentes, diretoria e internos.

Os símbolos, as afirmações com frequência enaltecidas pelos agentes e internos versam a respeito das relações de poder. Diferentes afirmações apareceram nos modos de possibilitar e de barrar a entrada dos pesquisadores, nas indicações por parte da direção do presídio, quanto aos internos “bons de conversar”; nas indicações dos agentes que denunciam a supervisão e omissão de colegas, que se tornam distantes de suas atribuições e próximos da direção ou dos internos; nas indicações dos internos que denunciam a construção de uma sociedade de interesses, deveres e direito construídas pelos internos, para proteger e punir entre eles os movimentos isolados de autonomia no presídio.

As visitas aos municípios referenciados pela amostra, o contato com as pessoas, a proximidade com o ambiente e as ações apreendidas, no mesmo, teceram diferentes caminhos e propósitos que a pesquisa poderia se aventurar. No entanto, em comum, o que existia era a presença de modos de encarceramento, como apreendemos que o campo era relacionado à segurança dos cidadãos.

Os cidadãos, entendidos como homens de “bem”, como agentes penitenciários, familiares de internos e atores de socialização nos municípios visitados, em suas falas, revelaram vidas reguladas pelo funcionamento da instituição prisional. São pessoas marcadas por suas funções, por seus empregos, por seus vizinhos, pelas histórias que mudam de curso. A lógica é a mesma que remodela suas atribuições, as quais não são exclusivamente de punir aqueles que as infringem, mas também, de atentar às práticas daqueles que os vigiam.

As vidas são suspensas, temporariamente, semelhante à situação de alerta. Destina-se tempo e cuidado às observações que avaliam em um primeiro olhar, marcas de um provável criminoso. Aqueles que acompanham o aprisionamento de familiares também presenciam o remodelar de suas atividades, mais especificamente, existe um condensar de mais atividades, mais responsabilidades.

Há uma extensão da punição, ao mesmo tempo em que, discursos e práticas exemplificam isolamentos. Os isolamentos criados constroem funções e atribuições voltadas para a manutenção da lógica de encarcerar, para proteger e assegurar um lugar na sociedade. As punições ao cidadão, ao componente social, não apenas isola, também cria sociedades, com regras que instituem fazeres e deveres. Foucault (2003, p.88), ao falar das instituições e do modo como se estendem, esclarece a sociedade se ordena, “... em torno da norma, em termos do que se deve ou não fazer”.

No desenvolvimento da pesquisa foram visitadas as unidades prisionais de nossa Senhora da Glória, São Cristovão, Areia Branca e o presídio feminino do estado de Sergipe, bem como; as unidades de formação e os sindicatos dos agentes prisionais; e os municípios, cidade e povoados, de Lagarto, Simão Dias, Própria e São Cristovão. As visitas aos municípios e aos povoados foram relevantes para os investimentos de acompanhamento das trajetórias de socialização.

As falas das pessoas do grupo de referência revelaram enfaticamente a proximidade que, insistentemente, é esquecida, ou tenta-se esquecer, atrás das paredes do presídio. Além das vidas, necessariamente, suspensas no presídio, destaque a outras vidas e pessoas influenciadas, pela condição de quebra do pacto social, as vidas presas a condição das histórias que acompanham as pessoas punidas socialmente pela quebra do pacto social.

Em conversa com a esposa de um interno do presídio de Areia Branca, a senhora diz: “outro dia até encontrei o Carlos, o agente que lhe falei (se referia a pesquisadora), no transporte ele me disse que me conhecia e sabia que morava perto dele em Simão Dias e que se lembrava do meu marido e de mim na cidade, e Carlos disse que só soube que ele estava preso quando me viu em um dia de visita” (DIÁRIO DE CAMPO).

Nas falas das pessoas interrogadas por suas histórias estavam reunidos personagens que expõe suas narrativas, de modo a colocar, de lados opostos, as histórias de socialização de cidadãos e as histórias de transgressores sociais. Resgatando observações feitas pelo autor Berger (2003, p.103), ao questionar os papéis ocupados pelas pessoas e que se relacionam com seus hábitos, “as origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e objetivação que as origens institucionais”.

As tentativas de distinguir os homens em papéis e funções sociais naturalizados foram ressaltadas por Foucault (2003). Tal esforço serve aos grupos de referência enquanto estratégia de proteção e que resguarda os componentes do grupo. Segue-se servindo uma lógica, na qual os membros que se voltam contra a manutenção da lógica social, são entendidos semelhantes à transgressão que danifica a sociedade.

A idéia de criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade [...] A penalidade no século XIX, de maneira cada vez mais insistente, tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos (FOUCAULT, 2003, p. 81 e 85).

A mesma sociedade que protege e resguarda é a mesma que encontra lugar e deveres aos que a ameaça. As penalidades serão alteradas quanto a sua atuação pós século XIX, contudo não abrem mão da idéia de controlar e prever o comportamento dos homens dispostos em suas influências.

O século XIX foi o formador de certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, “saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância” (FOUCAULT, 2003, p.8). A infração, a extensão da transgressão não é apenas “... dano não é somente uma ofensa de indivíduo a outro, mas também uma ofensa de indivíduo ao Estado, um ataque não ao indivíduo, mas a própria lei do Estado” (FOUCAULT, 2003. p. 66).

As instituições não têm por finalidade excluir indivíduos, mas fixá-los. Um objetivo das instituições “... ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou produtores em função de uma determinada norma” (FOUCAULT, 2003. p.114). Trata-se de uma inclusão por exclusão.

A cada visita às comunidades são empreendidas tentativas de resgate de trajetórias de socialização. A cada intervenção nas vidas, tomando como ponto minimizar nossas interferências, são relatadas histórias, hábitos e temáticas relevantes aos componentes dos diálogos.

Na posição de pesquisadores, nossas falas não excluíram as curiosidades dos questionamentos a respeito do saber socializador. Os diálogos entre pesquisadores e moradores dos municípios visitados se aproximavam a cada vez que retornávamos ao campo, retornávamos nossas intervenções, a cada vez que recuperávamos o lugar e suas histórias.

Os modos, de dizer e de fazer, foram anunciados pelos movimentos que revelam preferências, seja via reflexos de histórias presentes e passadas, seja pelo motivo que conduziram pessoas distantes as se aproximarem, como o exemplo da história citada pela esposa de interno do presídio de Areia Branca, na qual são inegavelmente reconhecidos fatos e experiências compartilhadas entre ela, seu esposo e um agente prisional. Do mesmo lugar, sob quase idênticas condições, crianças cresciam contemporâneas em espaço, tempo, condição social e oportunidades.

A comunidade pode ser encarada como local para entendimento do cotidiano, das relações entre homem, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Para Bauman (2003), comunidade seria uma das poucas palavras o que resta diante da modernização das práticas cotidianas, que pode ser referida para algo bom, esperado como refúgio, apesar de não assegurar necessariamente tais aspectos.

Em resumo, a comunidade apresenta deveres e direitos não distantes dos encontrados fora de seus domínios, no que poderia ser conhecido como mundo exterior, rendido ao capitalismo, às motivações econômicas, à globalização e à fugacidade das relações. A comunidade seria o resquício de familiaridade, onde a desconfiança das práticas poderia

ser suspensão, e onde se pode reconhecer segurança e confiança. “O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (BAUMAN, 2003).

Na última fase da pesquisa, as visitas programadas aos municípios e povoados de Lagarto, Simão Dias e Própria, seguindo os indicativos de maior frequência dos grupos de referência construídos em etapas anteriores da pesquisa, foram concluídas. Os lugares visitados seguem como padrão de proximidade o caráter de espaço/tempo concebido pela função de socialização.

Na “coleta de dados” foram utilizados registros a partir dos diários de campo dos pesquisadores, conforme método etnográfico. A análise dos dados e os questionamentos promovidos, no contato com o campo, enriqueceram as discussões semanais sobre a literatura consultada.

Os conteúdos analisados dizem sobre os modos de fazer e de dizer dos moradores dos municípios e povoados isolados. Estas pessoas em suas narrativas descrevem e refletem sobre suas condições de vida, sobre fatos possibilitadores do desvio do *status* de cidadania, sobre as memórias esquecidas, etc.

A segurança que uma comunidade pode proporcionar pode ser exemplificada em uma visita feita a cidade de Propriá, em que pode ser um *status* de familiaridade ou uma instância reguladora e ambas podem ser alteradas ou alterar as práticas cotidianas. Isto pode ser visto na narrativa de um senhor que reside em Propriá: “nasci aqui, mas passei um tempo fora da cidade. Quando era solteiro morei em outros lugares, fui trabalhar, o rio (o homem faz menção ao rio São Francisco) não dava mais para o sustento, voltei para cá, porque aqui era meu lugar para casar, para criar meus filhos. Só saí daqui porque não tinha mais emprego, não era mais como era na época do meus pais, dos meus irmãos. O rio não dava mais produção, as fábricas que vinham chegando para a cidade movimentaram a cidade. A cidade recebeu as fábricas no começo com satisfação, até uma hora que toda aquela novidade parou. Tudo foi se acabando e os moradores também foram se acabando, da época promissora sobrou pouco, muito pouco” (DIÁRIO DE CAMPO).

A sensação de insegurança na formação de uma sociedade de indivíduos, efetiva o modelo penal no enfrentamento dos problemas de segurança pública, “... a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente econômica, penal ou corretiva” (FOUCAULT, 2003. p.123).

As impressões dos modos de fazer e de dizer nas falas dos membros das comunidades são verbalizações que exemplificam as diferentes formas de institucionalização. O ritmo da urbanização e as propostas de individualização re-afirmam a presença do Estado. A des-corporificação do Estado e suas nuances para manter o equilíbrio e a centralidade das ações no cotidiano, se fizeram presentes ao longo da pesquisa.

Nesta última fase da pesquisa a busca das origens dos processos de transgressão social é paralela ao nascimento do corpo ocioso que o Estado irá se apropriar, aglomerando corpos em prisões. As políticas públicas agem ignorando ou negligenciando os modos de vida existentes, vidas suspensas em nome da possibilidade de consumir cada vez mais ao mesmo tempo em que aumentam os casos de transgressão.

As políticas públicas, não são a solução final dos problemas, muito menos acreditar que projetos de re-inserção social realmente reintegram indivíduos a lugares que em outras experiências não foram ocupados. As propostas de políticas públicas podem fazer mal as pessoas em suas localidades e desprezar os saberes já constituídos para atender às



necessidades até então relevantes. Políticas públicas apresentam-se entre o retorno de investimentos na produção de produtos, muitas vezes, in-comercializáveis, seus produtores e aquilo que é deteriorado, destoando das formas de produção até então efetivadas, produzindo história e significado.

No exemplo do que vem acontecendo na cidade de Propriá, as vidas são cada vez mais sem sentido, porque o sentido delas pertenceria à lógica da lucratividade, do poder de compra, a especulação de valores. Os modos de dominação de valorização das atividades humanas se encontram ameaçados por não trabalhar mais com as garantias que se tinha até então, por exemplo, equiparação de valor entre sistemas particulares de valor e bens materiais (de modo a parecerem substitutivos), manipulação e controle (tentativa) das relações sociais.

O que se tem de modo cada vez mais crescente em países entendidos como de determinação é o maior investimento na tensão social e no desespero da condição humana entre seus habitantes. Investe-se mesmo que minimamente em “dispositivos que produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir ao sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero” (GUATARRI, 1990, p. 15).

## **5. CONCLUSÕES**

Assim, ocorre o ritmo acelerado das vidas, a minimização de vínculos, a padronização de comportamentos que reduzem e deterioram progressivamente modos de vida e em larga escala. De um lado, de forma contínua, novos meios técnico-científicos são empreendidos, e do outro a incapacidade de se organizar formação subjetividade entre forças sociais. Vê-se um movimento que re-invidica a proliferação de singularidades.

As falas e as experiências acompanhadas a respeito dos modos locais de se acessar os saberes da comunidade acrescentaram e muito no acesso aos modos de existência, das existências nas dimensões institucionais. Acompanhando diferentes comunidades, foi possível presenciar ações de resistência às reorganizações e às reconstruções das novas formas de organização, dos novos valores concomitantemente resguardados e transitórios.

As instituições aperfeiçoam seus modos de regulamentar antigos e novos pactos sociais. As atualizações dos modos de controle se alicerçam na segurança proporcionada ao homem diante das mudanças e das transições do desenvolvimento local. O atual quadro de expansão de urbanismo chega gradativamente aos povoados, costumes são alterados, e se justifica a falta de referência a rapidez das mudanças.

As dificuldades de vinculação não são exclusivas ao personagem pesquisador que se aventura na comunidade. As dificuldades são estendidas a tudo que implica mais concessões, a perda do que era tão particularmente conhecido. As vinculações tomam um sentido que primeiramente surgem de negociações e acordos entre instituições, para num momento seguinte estender a vinculação entre pessoas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARIÉS, Philippe. *O tempo da história*. Capítulo 1. Uma criança descobre a história. Rio de Janeiro. Editora Relógio D'aqua, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo. Editor: HUCITEC, 11 edição, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTEL, Robert. *A insegurança social - O que é ser protegido?* Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 2005.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo. Editora: Cosac & Naily, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2003.

GUATARRI, Félix. *As Três Ecologias*. São Paulo. Papyrus Editora, 1990.

SAHLINS, Marshall David. *História e cultura: apologias e Tucídides*. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar, 2006.